

DIÁRIO DO GOVERNO



A correspondência oficial da capital e das provincias, *foras de porte*, sem como os periódicos que trocarem com o Diário, devem dirigir-se à Imprensa Nacional.
Anunciam-se todas as publicações literárias de que se receberam na mesma Imprensa dois exemplares com esse destino.

Assinaturas por ano 184000 — Anúncios, por linha
104000 — Comunicador e correspondências, por linha. 60
Número avulso, cada folha de quatro páginas 40
Em conformidade da carta de lei de 24 de Maio e regulamento de 9 de Agosto de 1902, cobrar-se hão 10 réis de selo por cada anúncio publicado no Diário do Governo

A correspondência para a assinatura do Diário do Governo deve ser dirigida à Administração Geral da Imprensa Nacional. A que respeitar à publicação de anúncios será enviada à mesma Administração Geral, devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva importância.

SUMÁRIO

MINISTÉRIO DO INTERIOR:

Leis de 1 de Maio:
Alterando o artigo 1.º da lei que autorizou a Câmara Municipal de Tabuaço a levantar um empréstimo.
Autorizando as Câmaras Municipais de Vimioso e Mirandela a applicarem parte dos seus fundos de viação a determinados melhoramentos locais.
Despachos pela Direcção Geral da Administração Política e Civil, sobre movimento de pessoal.
Decretos de 1 de Maio:
Determinando que as Juntas de Paróquia de Santa Engrácia, da cidade de Lisboa, e de S. Brás, do concelho da Chamusca, passem a denominar-se, respectivamente, Paróquia Civil de Monte Pedral e Paróquia Civil da Chamusca.
Autorizando a Comissão Administrativa do Município de Nazaré a criar um lugar de veterinário municipal.
Concedendo a exoneração pedida por diferentes vogais da Comissão Administrativa do Município de Marco de Canavezes.
Despachos criando e convertendo escolas primárias.
Despachos pela Direcção Geral da Instrução Primária, sobre movimento de pessoal.
Portaria de 1 de Maio, louvando o sargento de cavalaria Joaquim Martins Gomes por serviços prestados à instrução popular.
Decretos de 2 de Maio:
Declarando que para o exercício de professor provisório dos liceus e de professor particular das disciplinas de desenho e geometria é habilitação bastante qualquer dos cursos das escolas de belas artes ou das escolas industriais.
Aprovando o regulamento escolar e programas da Escola de Manuel António de Seixas, anexos ao mesmo decreto.
Anúncio e condições do concurso para provimento do lugar de professor da Escola de Manuel António de Seixas.
Despachos pela Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, sobre movimento de pessoal.
Despachos pela Direcção Geral da Saúde, sobre movimento de pessoal.
Portarias de 5 de Maio:
Encarregando um facultativo municipal do concelho de Vila do Conde de ir ao estrangeiro em missão de estudo.
Concedendo a exoneração pedida pela comissão de inquérito a certos factos ocorridos no serviço de moléstias infectas do Porto, e incumbindo um juiz de continuar o referido inquérito.
Decretos de 30 de Abril:
Elevando a dotação dos lugares de enfermeiro e enfermeira do hospital da Misericórdia de Arraiolos, e autorizando o respectivo provimento.
Autorizando a Misericórdia de Castro Daire a criar e prover um segundo partido médico no seu hospital.
Habilitações para levantamento de créditos.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

Despachos pela Direcção Geral da Justiça, sobre movimento de pessoal.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:

Despachos pela Secretaria Geral, sobre movimento de pessoal.
Rectificação à lista dos candidatos aprovados no concurso para sub-inspectores das alfândegas publicada no Diário n.º 103.
Balancetes de bancos e companhias.
Acórdãos e rectificações a acordãos do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado.

MINISTÉRIO DA MARINHA:

Leis de 28 de Abril:
Fixando a força naval para 1913-1914.
Estabelecendo o tirocinio a que ficam sujeitos os oficiais da classe de marinha para a promoção ao posto immediato.
Despachos pela Majoria Geral da Armada, sobre movimento de pessoal.
Rectificação ao decreto de 23 de Abril, que resolveu o recurso em que era recorrente um guarda-marinha da administração naval.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:

Decreto de 26 de Abril, transferindo uma verba dentro do orçamento do Ministério dos Estrangeiros.

MINISTÉRIO DO FOMENTO:

Despachos pela Secretaria Geral, sobre movimento de pessoal.
Alvarás de 30 de Abril, concedendo a propriedade de duas minas de ferro situadas no concelho de Alvaizere.
Éditos para concessão dos diplomas aos descobridores de duas minas de estanho situadas no concelho de Belmonte.
Relação das patentes de invenção extensivas ao ultramar cujas taxas anuais foram pagas em Abril.
Balancete das receitas e despesas dos serviços florestais e agrícolas em Dezembro de 1912.
Despachos pela Administração Geral dos Correios e Telégrafos, sobre movimento de pessoal.
Aviso de ter abortado ao serviço a estação telégrafo-postal de Vila Rua.
Balancete da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Bombarral, em Fevereiro.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS:

Despachos pela Direcção Geral das Colónias, sobre movimento de pessoal.
Decretos de 2 de Maio:
Revogando o decreto de 17 de Agosto de 1912 que nomeou um capitão do exército da metrópole para o cargo de director da Alfândega de Dili.
Declarando sem efeito a portaria de 2 de Janeiro que deu por finda, a um segundo oficial do quadro aduaneiro de Angola e S. Tomé, a comissão de director da Alfândega de Dili, e restituindo-o ao referido cargo de director.
Confirmando nos respectivos lugares um fiel de armazém e dois guardas fiscaes do círculo aduaneiro da Africa Oriental.
Habilitações para levantamento de créditos.

TRIBUNAIS:

Tribunal de Guerra de Lisboa, éditos para citação duma ré ausente.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS:

Governo Civil de Évora, éditos acerca do processo de perda de direitos do descobridor duma mina de cobre situada no concelho de Mourão.
Administração do concelho de Poiares, éditos acerca da gerência de várias corporações administrativas.
Provedoria Central da Assistência de Lisboa, anúncio para arrendamento de terrenos.
Juizo de direito da comarca de Baião, éditos para expropriações de terrenos.
Montepio Oficial, aviso para assembleia geral em 6 de Maio; éditos para habilitação de pensionistas.
Casa da Moeda, anúncio para arrematação de artigos diversos.
Depósito Geral de Material de Aquartelamento, anúncio para arrematação de vários artigos.
Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, anúncio para arrematação de obras no ramal de Portimão a Lagos.
Exploração do porto de Lisboa, anúncio para venda de cascos vazios.
Observatório Astronómico de Lisboa, boletim da hora média na 2.ª quinzena de Abril.
Observatório do Infante D. Luis, boletim meteorológico.
Capitania do porto de Lisboa, boletim do movimento da barra.
Estação Telegráfica Central de Lisboa, boletim do movimento das barras.

SOCIEDADES COOPERATIVAS:

Relatório e documentos relativos à gerência da Cooperativa de Crédito e Consumo Beato e Poço do Bispo em 1912.

AVISOS E PUBLICAÇÕES.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS.

SUMÁRIO DOS APÊNDICES

N.º 145 — Cotação dos fundos públicos nas Bolsas de Lisboa e Porto, em 1 de Maio.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral de Administração Política e Civil

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º O artigo 1.º da lei de 19 de Fevereiro de 1913 será alterado pela seguinte forma: É a Câmara Municipal de Tabuaço autorizada a consignar, das suas receitas ordinárias e extraordinárias, a quantia suficiente para o pagamento dos juros e amortização do empréstimo a que se refere a lei de 1 de Julho de 1912.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro do Interior a faça imprimir, publicar e correr. Dada nos Paços do Governo da República, em 1 de Maio de 1913. — Manuel de Arriaga — Rodrigo José Rodrigues.

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º É autorizada, pela presente lei, a Câmara Municipal do concelho de Vimioso a levantar do seu fundo de viação a quantia de 800 escudos destinada à construção dum edificio destinado a matadouro e talho municipal na sede do concelho.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro do Interior a faça imprimir, publicar e correr. Dada nos Paços do Governo da República, em 1 de Maio de 1913. — Manuel de Arriaga — Rodrigo José Rodrigues.

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º É autorizada, pela presente lei, a Câmara Municipal do concelho de Mirandela a levantar do seu fundo de viação a quantia de 1.184,80 escudos para construção dum muro na Avenida da República, gradeamento e rua que circunda o mercado.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro do Interior a faça imprimir, publicar e correr. Dada nos Paços do Governo da República, em 1 de Maio de 1913. — Manuel de Arriaga — Rodrigo José Rodrigues.

Para os devidos efeitos se publica o seguinte despacho:

Maio 1

Manuel Carlos de Oliveira Botelho — exonerado do cargo de administrador do concelho de Mangualde.

João Lopes Morais Silvano Júnior — nomeado, em comissão, para o cargo de administrador do concelho de Condeixa-a-Nova.

Medico Artur Mendes Lial — nomeado para idêntico cargo no concelho da Maia.

Mário Augusto da Fonseca Barbosa, administrador do concelho de Coruche — transferido para idêntico cargo no concelho de Almeirim.

João António da Costa Lopes — nomeado para o cargo de administrador substituto do concelho de Coruche.

José Francisco Gameiro Burgueto — idem de Constância.

Secretaria do Ministério do Interior, em 5 de Maio de 1913. — O Director Geral, Ricardo Pais Gomes.

Atendendo ao que representou a Junta de Paróquia da freguesia de S. Brás, do concelho da Chamusca;

Vistas as informações oficiais e o parecer favorável do Supremo Tribunal Administrativo:

Hei por bem, sob proposta do Ministro do Interior, decretar, nos termos do artigo 3.º, § 4.º, do Código Administrativo de 4 de Maio de 1896, que a referida junta de paróquia passe a denominar-se Paróquia Civil da Chamusca.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 1 de Maio de 1913. — Manuel de Arriaga — Rodrigo José Rodrigues.

Nos termos do artigo 55.º, n.º 2.º, do Código Administrativo, de 4 de Maio de 1896, o sob proposta do Ministro do Interior: hei por bem autorizar a Comissão Administrativa Municipal do concelho da Nazaré a criar um lugar de veterinário municipal, com a dotação anual de 250 escudos, e a proceder, nos termos legais, a concurso para provimento do referido lugar.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 1 de Maio de 1913. — Manuel de Arriaga — Rodrigo José Rodrigues.

Usando da faculdade que me confere o artigo 47.º, n.º 4.º, da Constituição Política da República Portuguesa: hei por bem, sob proposta do Ministro do Interior, conceder a exoneração pedida pelos vogais da Comissão Administrativa Municipal do concelho de Marco de Canavezes, em seguida designados: Alberto de Vasconcelos Cardoso Brochado, presidente, José Gomes de Araújo Miranda, Diogo Fradique da Fonseca Beja, Abílio Pinto Soares de Castro Miranda e António Pereira de Macedo Mendes.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 1 de Maio de 1913. — Manuel de Arriaga — Rodrigo José Rodrigues.

Atendendo ao que representou a Junta de Paróquia da freguesia de Santa Engrácia da cidade de Lisboa, e conformando-me com a informação da respectiva Câmara Municipal, e parecer do Supremo Tribunal Administrativo: hei por bem, sob proposta do Ministro do Interior, decretar, nos termos do artigo 3.º, § 4.º, n.º 1.º do Código Administrativo de 4 de Maio de 1896, que a mesma Junta passe a denominar-se: «Paróquia civil de Monte Pedral».

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 1 de Maio de 1913. — Manuel de Arriaga — Rodrigo José Rodrigues.

Direcção Geral da Instrução Primária

2.ª Repartição

Por decretos datados de 30 de Abril findo:
Criada uma escola para o sexo masculino na freguesia de S. Romão da Ucha, concelho e círculo escolar de Barcelos, ficando o seu provimento dependente da existência de casa, mobília e material escolar.
Criada uma escola para o sexo feminino na freguesia de S. Romão da Ucha, concelho e círculo escolar de Barcelos, ficando o seu provimento dependente da existência de casa, mobília e material escolar.
Criado um segundo lugar de professor na escola para o sexo masculino da sede do concelho de Cuba, círculo escolar de Beja.
Criado um segundo lugar de professora na escola para o sexo feminino da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho da Ribeira Grande, círculo escolar de Ponta Delgada.
Criado um terceiro lugar de professor na escola para o sexo masculino da freguesia sede do concelho e círculo escolar de Silves.
Convertida em central a escola paroquial do sexo masculino, n.º 35, da freguesia de S. Sebastião da Pedreira, da cidade de Lisboa, círculo ocidental.
Convertida em central a escola para o sexo masculino, n.º 37, da paróquia civil de Cambes, da cidade de Lisboa, círculo ocidental.